

O SER SENDO: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO AFRO-BRASILEIRO

Gilson Souza Santana
(Mestre – UFRB)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
Gilson Souza Santana: Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: gilsanreggaeparatodos@hotmail.com .

RESUMO	RESUMEN
Por meio deste ensaio, busca-se compreender o processo de construção do sujeito enquanto Ser Sendo, que dialoga com outros atores sociais numa perspectiva emancipacionista, ou seja, desreificando matizes que subjugam outros pensares, outra forma idiossincrática de ser e de agir. Para tanto, com base em um recorte étnico-racial, objetiva-se discutir a desigual condição em que se encontra a população afrodiáspórica, no que diz respeito à educação formal. Nesse sentido, partindo desse processo formativo, novas resistências são forjadas em contraposição a uma historiografia oficial de apagamento de culturas tão imprescindíveis à sociedade brasileira. Assim, pensar as multidimensões socioeducacionais e históricas significa dar passos fundamentais para que possamos descortinar outros horizontes, sobretudo ao (com)partilharmos de uma educação antirracista, em que todos(as) compreendam as singularidades do ensino e da aprendizagem mútua.	Este ensayo busca comprender la construcción del sujeto como Ser Siendo, que sigue dialogando con otros actores sociales en una perspectiva de emancipación, es decir, desreificando matices que someten otro pensamiento, otra forma idiosincrásica de ser y actuar. Para tanto, con base en un enfoque étnico-racial, el objetivo es discutir la condición de desigualdad en la que se encuentra la población afrodiáspórica con respecto a la educación formal. En ese sentido, a partir de este proceso formativo, se forjan nuevas resistencias en oposición a una historiografía oficial de culturas borradoras tan esenciales para la sociedad brasileña. Así, pensar en las multidimensiones socioeducativas e históricas significa dar pasos fundamentales para que podamos desvelar otros horizontes, sobre todo compartiendo una educación antirracista, donde todos comprendan las singularidades de la enseñanza y del aprendizaje mutuo.

PALAVRAS-CHAVE	PALABRAS CLAVE
Educação; currículo; memória; história.	Educación; plan de estudios; memoria; historia.

INTRODUÇÃO

Essas vivências, essas implicações, essas histórias de vida são constitutivas do ser que sou e do saber que sei que diz respeito à complexidade e à diversidade do Ser-Sendo. Um sujeito simples, particular e ao mesmo tempo social, coletivo e em movimento (JESUS, 2007, p. 7).

Por compreender como alarmante a situação de desigualdade no acesso aos espaços formais de aprendizagem para a população afro-brasileira, considero urgente e imprescindível o debate acerca das condições de acesso aos espaços institucionais de ensino para esses grupos sociais. Para consubstanciar as afirmativas apresentadas, tomo como referência as taxas de analfabetismo e frequência ou conclusão do ensino superior apresentadas pela PNAD, divulgadas pelo IBGE em junho de 2019.

É preciso, aqui, registrar que há, no Brasil, em média, 11,3 milhões de analfabetos na faixa etária acima de 15 anos, o que corresponde a 6,8% da população. Fazendo um recorte de raça e cor, temos, nesse contexto, 9,1% de negros e 3,9% de brancos analfabetos. Portanto, o percentual de negros analfabetos é quase três vezes maior que o percentual registrado entre a população branca. Quanto ao percentual de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam ou já concluíram o ensino superior, o resultado confirma, mais uma vez, a discrepância no acesso a esse nível de ensino, pois 36,1% de brancos frequentavam ou já concluíram o ensino superior; entre os negros esse percentual cai para 18,3%. Esses dados representam apenas a ponta do iceberg, pois outros tantos índices comprovam o quadro crônico de desvantagens e exclusão da população negra.

Desse modo, neste ensaio, apresento alguns aspectos do processo formativo dos sujeitos afrodescendentes no tocante à educação formal, considerando-a como dispositivo de emancipação social, intelectual e cultural. Por isso, acredito ser de extrema importância apontar caminhos discrepantes trilhados por esse grupo social e, numa perspectiva mais abrangente, anunciar outras possibilidades que ajudem a redemocratizar essas relações étnico-raciais, sugerindo que a educação enquanto ação mobilizadora tem um papel preponderante nesse percurso.

Para desenvolver o objetivo proposto, escolhi como aporte teórico-metodológico a etnometodologia, conceito construído por Harold Garfinkel (2018), no âmbito da teoria social. Para ele, os sujeitos produzem conhecimentos nas suas bacias semânticas, portanto esses sujeitos não são “idiotas” culturais, como foi, por longo tempo, propagado pela ciência positivista. Encarnados na sua realidade sociocultural, esses indivíduos posicionam-se sobre o mundo, construindo saídas para as dificuldades que se apresentam. Assim, por via dos seus etnométodos, vão construindo seus saberes/conhecimentos, pautados em experiências singulares; enfim, em suas

aprendências idiossincráticas.

Destarte, socializar esses conhecimentos convoca ao debate o tema do currículo insularizado, que fragmenta formas tantas de saber e Ser Sendo. Conforme destaca Boaventura de Sousa Santos (1987), a ecologia dos saberes é algo substancial, no sentido de que conflui – e não, monoculturalmente, dissolve – esses saberes e conhecimentos. Urge, desse modo, a necessária desconstrução de uma mentalidade colonialista muito acentuada no ideário pedagógico institucional, por meio da criação de fissuras nesse pensamento, sob o viés da decolonialidade, a fim de abalar a estrutura de poder que insistentemente avilta àqueles(as) que massivamente levantaram os pilares deste país. Assim, o que proponho por meio desta discussão é, também, revitalizar a memória histórica desse povo afrodiáspórico que, tenazmente, tem descortinado tempo e espaço com luta e suor, articulando vários movimentos sociais para derrubar formas iníquas instaladas na estrutura social. Nesse sentido, o chamamento do Ser Sendo perpassa a reconstrução do processo identitário forjado pela mão colonizante.

O SER SENDO NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO AFRO-BRASILEIRO

Negreiro
Certo estou de que não nasci lá no Congo,
Apesar dos Quilombos que vivi.
Vi a morte lá no tronco em gemido de alguém que
clama amor:
Negreiro.
Gilsam¹

O Ser Sendo (GALEFFI, 2001) busca, de fato, o desenvolvimento humano na instância primacial do autoconhecimento próprio e apropriado, valendo-se da educação como princípio diretor vindouro. Aprender a Ser Sendo é uma construção de todos os seres humanos, que, ainda, comporta o Ser-no-mundo – com o mundo e com outros sujeitos. Nesse sentido, busco observar observando-me, explicitar o contexto, o tempo-lugar de onde narro as minhas histórias de vida, as experiências, os saberes, ao mesmo tempo em que me sinto impelido a produzir novas questões, novos sentidos (NASCIMENTO, 2010).

Dante Augusto Galeffi (2001), ao investigar o aprendizado de si mesmo, definiu a filosofia como a arte de aprender a ser-sendo. Desse modo, os chamados fundamentos filosóficos dizem respeito ao aprendizado dos planos de constituição das coisas mesmas,

¹ Gilsam é meu nome artístico. Sou compositor e cantor de reggae. Esse fragmento em epígrafe faz parte de uma canção por mim composta em 1988, música ainda inédita. Para conhecer meu trabalho musical, sugiro o CD “Gilsam Simplesmente reggae”, disponível nas diversas plataformas digitais de música.

a partir da perspectiva humana e de suas relações de comum-pertencimento com o mundo/universo em sua totalidade. Não é uma humanidade recortada por nações senhoras e nações escravas, mas uma humanidade que cuida responsabilmente da equanimidade de tudo. Uma humanidade da arte de ser plenamente a serviço da vida em si mesma.

Nessa lógica, concebo o processo formativo para além do ensimesmar-se, afinal aprende-se com o outro. Ou seja, a autoconstituição do conhecimento leva em direção à coparticipação construtiva, pois precisamos compreender que formar é formar-se com, numa relação indivisível. O que me conduz à afirmação de que nosso passado está conectado ao nosso presente. Cada ação que realizamos na dinâmica do existir evidencia o legado que temos. Não estamos apartados das nossas experiências, estamos interconectados naquilo que nos constitui como pessoa sujeito de história, através das diversas formas de apreensão de conhecimento. Afinal a nossa gênese cultural se inscreve desde o momento que nascemos, ou melhor, a partir da relação intragestionária os primeiros estímulos e sensações começam a se desenvolver. Não é à toa que a utilização da música como terapia ajuda o Ser nas suas percepções, reflexos etc. Em suma, é um passado prenhe do presente, revelando-se encharcado do futuro.

Em relação à memória imediata, o passado está muito mais perto do que na tradição. Para cada um de nós, nosso modo de vida, nossa personalidade, nossa consciência e nosso conhecimento se constroem diretamente com nossas experiências de vida passada. Para Thompson (1992), nossas vidas são a acumulação de nossos passados pessoais, contínuos e indivisíveis. Assim sendo, precisamos nos dar conta do processo de constituição do Ser Sendo num ambiente social que não reconhece a diversidade nos campos diversos como enriquecedor de culturas e vivências. Por isso, o estar no mundo de cada grupo de cor é muito mais visto pelo desejo intenso a sua representação do que pela real visibilidade do sistema vigente. O que requer a ruptura desse paradigma dominante e excludente, que não incorpora a dissonância de vozes e suas polifonias, a fim de refletir a real grandeza do multi-cultural-étnico-poético-transdisciplinar.

Partindo do convite do Ser Sendo, tecendo a teia de relação humana de forma interseccionada e compreendendo as singularidades que cada um possui na sua gênese cultural, ressalto que a memória tem um papel preponderante como elemento reforçador de um sentimento de pertencimento real, como o de grupo de cor, etnia, e também de valor simbólico, definido pela apropriação e valoração que é dada pelo indivíduo ao patrimônio cultural que acessa por pertencer a determinado grupo. Essa memória coletiva que é assumida individualmente é ponto fundamental para a estruturação de uma diferença simbólica (HALBWACHS, 2013).

A esse respeito, Pereira (2011) afirma que a priorização de uma determinada

forma de registro da memória associa-se diretamente às estratégias de exclusão e silenciamento que poderosamente operam na sociedade e que roubam das populações e grupos humanos não só sua existência concreta, mas o seu sentido, a sua transparência e a sua capacidade de propagação. Nessa perspectiva, podemos dizer que a memória não dá conta do passado nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos; e não só, é óbvio, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas, sobretudo, porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer memória individual, coletiva ou nacional (MENESES, 1992).

Portanto, a memória histórica possui um caráter primordial para os indivíduos portadores de experiências tantas, encravadas na elaboração do seu existir. Revisitá-la e compreendê-la é basilar para o processo de construção e reconstrução, e a fim de responder às solicitações do presente. Essas solicitações demandam um mergulhar nas águas do Transatlântico para delinear um corpus social de homens e mulheres que singraram na mais profunda dor para se constituírem num território estranho ao seu, deslocado das suas Culturas, da sua própria história, em meio a esse filão de horror; sujeitos resistiram e reconstituíram suas memórias.

Segundo Meneses (1992, p. 10), a “memória corre o risco de se desgastar, como um objeto fiável submetido a uma ação abrasiva, pois é que precisa não só ser preservada, mas restaurada na sua integridade original.” Em se tratando das lembranças traumáticas sofridas pelo povo da diáspora negra, resgatar essa memória e, acima de tudo, ressignificá-la em face ao genocídio sem precedentes perpetrado contra essa população é, sim, fundamental para a emancipação cultural e histórica.

Todavia, seguir resilientemente é um passo que fortalece o próprio caminhar, encontrando outros dispositivos de recuperação histórica, como as cotas, que são proposições importantes para o enfrentamento do racismo que perdura ou se reinventa cotidianamente, como enfatiza Munanga (2012). Desse modo, através desse viés memorialista centrado na psique do povo de cor, adentramos frontalmente nesse passado presente para compreender como se constitui o Ser Sendo no seu processo formativo, em particular no espaço socioeducativo, levando em consideração a falta de alguns aparatos indispensáveis a essa formação.

Na esteira do pensamento de Thompson (1992, p. 50), vale destacar que

o objeto de conhecimento histórico é a história “real”, cujas evidências devem ser necessariamente incompletas e imperfeitas supor que um “presente”, por se transformar em “passado”, modifica com isto seu status ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente. A realidade palpável de nosso

próprio presente (transitório) não pode de maneira alguma ser modificada porque está desde já, tornando-se o passado, para a posteridade. Na verdade, a posteridade não pode interrogá-lo da maneira pela qual o fazemos; sem dúvida, nós, experimentando o momento presente e sendo atores nesse nosso presente, só sobrevivemos na forma de certas evidências de nossos atos ou pensamentos.

Ainda conforme Thompson (1992, p. 50):

o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Assim sendo, pode-se definir essa profusão de elementos em processo histórico, com a intencionalidade de ver as verdades não dadas a priori, mas investigadas por seu caráter de fragilidade que discorre em cada evidência. Ou seja, o postulado do historiador-pesquisador é trazer a verdade num instante que se faz verdadeira. Além do mais, a historicidade é volátil em seu próprio ato cognoscível.

A consciência histórica pode introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente. Ou seja, dela se faz o registro pertinente através do diálogo, sem, contudo, eliminar o referencial previsto em cada tempo vivido, experienciado. Portanto, sem esse cuidado fica incompreensível qualquer forma de analisar e prospectar um futuro.

Entretanto, ao se deparar com histórias de vidas que trazem em seu legado histórico um complexo material de resistência, contrapondo-se a uma historiografia, tendo em vista que ver e enxergar apresentam semânticas bem diferentes, as penúrias estruturantes sociais, tão arraigadas ao gosto da escravização, não conseguiram, de outro lado, inibir as redes de inter-relações estruturadas, imbricadas em circunstância de comunicação, fato esse que constitui novos sujeitos no processo de Ser Sendo na e pela memória individual/coletiva.

Por isso, a memória individual assegura coesão e solidariedade em momento de crise. Para manter-se, precisa ser permanentemente reavivada. Assim, as memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas. A importância maior dessa integração das memórias se dá justamente pela força de libertar-se do julgo da memória nacional, cujo papel central é escamotear, silenciar e harmonizar os conflitos gestados pela própria sociedade desigual e discriminatória.

Ao discutir sobre o uso do recurso discriminador nas experiências, Susan Stewart (apud MENESES, 1992, p. 16, grifo do autor) reflete que não “precisamos de lembranças de eventos que são repetíveis e não os procuramos”, antes, “desejamos lembranças de

eventos que sejam *'narráveis'*." Contudo, não é suficiente apenas dar a voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento, e suas regras e jogos.

Nesse viés, é preciso descarrilar da visão unidimensional apregoada pelos diversos aparatos sociais, que insistem em continuar estabelecendo, via de regra, um tipo de sociedade que não contempla a polissemia de vozes e a diversidade de culturas e que, sobretudo, não quer reconhecer esse caldeirão pluriétnico, impossibilitando momentaneamente os avanços necessários para uma conjuntura mais plural e equânime. Não obstante a essa exigência crucial para a equalização social e educativa da sociedade brasileira, outros movimentos mais compenetrados buscam se envolver, o que acredito ser substancial na relação humana, haja vista o tom destoante cada vez mais evidenciado nos dias atuais, ora pela misoginia, ora pelo racismo institucional, por tantos mecanismos ratificadores de controle e perpetuação de ideologias fundadas exclusivamente no separatismo do Ente-humano.

Essas ocorrências (in)controláveis devem ser combatidas diuturnamente. Para tanto, a centralidade da ação colaborativa se faz à luz do processo educacional, trazendo à baila sujeitos imersos em seus problemas, e que necessitam de saídas urgentes que transformem esse estado de coisas em uma aurora mais auspiciosa, portanto. Alguns aspectos mais prementes devem ser atentamente considerados na esfera social, como o político e econômico, que constituem uma verdadeira colcha de retalhos que merece contundentemente um olhar mais implicado sobre as interferências no campo educacional.

Esse olhar implicado é necessário porque sabemos, de antemão, que a política perpassa todo ato humano, inclusive a política partidária, contribuindo, assim, para efetivar políticas públicas e outras necessidades que auxiliam na composição da estrutura social. Além disso, a estrutura educacional brasileira sofre ainda pela falta de valorização do profissional que exerce a sua função em sala de aula. Frequentemente, essas instituições são preteridas na distribuição dos recursos, o que provoca um ruim desempenho para a realização das atividades propostas. Em suma, vivenciamos um momento tenso, caótico, por assim dizer.

Entretanto, contamos com uma penetração mais ousada por parte dos representantes legitimados pela população, assim como uma participação mais efetiva dos movimentos sociais e/ou grupos de pessoas sensíveis à causa, a fim de consubstanciar ações educativas em seus loci de conhecimento, exigindo mais investimento, no intuito de reduzir esse quadro que perdura na atualidade: o fracasso escolar forjado pelos ditames de um grupo minoritário com interesses particulares, já sentido pelos alijados da estrutura social racista. O que, conseqüentemente, produz mais

dificuldades para os que efetivamente buscam empoderar-se pelo conhecimento formal.

Com a necessidade maior de compreender que chão ocupa a disposição e o enfrentamento dos movimentos sociais em atenuar tamanha disparidade, no tocante à educação (in)formal, a seguir, aponto caminhos e possibilidades construídos ao longo do tempo por agentes educativos que, fora do sistema educacional oficial, vêm fomentando conhecimentos numa perspectiva de equalização social. Para tanto, é preciso tocar nas cordas dissonantes do Currículo instituído-oficial. E é justamente aí que está o ponto nevrálgico no que diz respeito a outras cosmo percepções.

Ao conceber um sistema educacional fracionado por visões eurocêntricas, destituindo, por sua vez, outros matizes socioculturais, o currículo acaba por obstar outras possibilidades de enriquecimento. Nesse sentido, compreendendo o currículo como um artefato social, eivado de valores que consubstanciam o pensamento vigente, recorro aos apontamentos de Macedo (2002) para pontuar criticamente as arrogâncias e insularizações constituídas a partir de uma prática curricular que, em geral, apresenta-se como um avestruz: esconde-se quando diante da dialogicidade necessária. A esse respeito, Macedo afirma o seguinte:

sabemos muito bem das resistências que uma academia em geral sisuda (aquela que imagina de forma solipsista e insular um só caminho, um só caminhar) nutre em relação aos pensamentos não-lineares e/ou não-convencionais que tanto rompem quanto incomodam, porquanto se consubstanciam em epistemologias do desalojamento de conservadorismo (MACEDO, 2002, p. 17-18).

Dessa forma, podemos perceber o quanto o currículo tem estado pautado em cânones excludentes, que afastam outras dimensões culturais e históricas que devem incluir-se mutuamente. É urgente, portanto, interrogar: onde podemos chegar com essa postura hermética de comunicar com tantas outras abordagens enraizadas nesse país pluriétnico? Asseguro que a via mais produtora é a abertura para a heterogeneidade e a pluralidade, compreendendo a força das diferenças na diferença simbólica e cultural.

Ainda de acordo com o pensamento movente de Macedo (2002, p. 18), ressalto que é preciso

desconstruir o pensamento nomotético colonizador em todas as suas versões: classista, etnocêntrica, epistemocêntrica, abrir brechas na disciplinarização que aliena; fazer migrar saberes; constituir fronteiras porosas entre eles; mobilizar o saber-fazer em nome de uma ética comunitária; afirmar a biodegradabilidade epistemológicas dos sistemas teóricos e o inacabamento humano.

Urge, portanto, uma maior simetria entre esses saberes e conhecimentos, afinal a argamassa fulcral é a abertura para diálogos interseccionados, pois todo conhecimento

científico-natural é científico social, todo conhecimento é local e total (SANTOS, 1987, p. 76). Em linhas gerais, a postura segregadora suprime outras formas de conhecimento. Sendo assim, devemos pensar de forma total e local, pois ambos se interligam. Ademais, precisamos vivenciar essa forma apartada de compreender outros paradigmas – como o "Emergente", que busca costurar inteligibilidades tantas – numa perspectiva do senso comum renovado. Ou seja, ao partilharmos “com o” conhecimento formalizado, reestruturamos novas possibilidades epistemológicas.

No que diz respeito à cultura afrodiáspórica brasileira, que muito tem contribuído para o processo de construção deste país, a exemplo do Movimento Negro Educador (GOMES, 2017), ressignificar essas experiências é transformar em conhecimento potente as vivências de cada um desses grupos. Por isso, para sairmos desse estado de obscurantismo, abrindo-nos a outras realidades, devemos reconhecer que o conhecimento científico está ainda descolado das classes populares. Nesse sentido, precisamos articular os múltiplos saberes, dentro de uma visão multirreferencial, abarcando outros sujeitos epistêmicos que carregam suas histórias eivadas de sentidos.

Sobre essa questão, Macedo (2002, p. 56) afirma ser necessário frisar que pleitear a multirreferência e querer alterar o currículo enquanto artefato construído por uma lógica insular, portanto, não pode ser uma ação fora da práxis educativa e de seu projeto político-pedagógico. Isso porque romper com esse olhar míope de pensar unívoco, fragmentando aquilo que há de mais importante – a unidade na multiplicidade –, requer o alargamento das multidimensões existenciais e humanas. Destarte, construir caminhos novos em velhos ditames é indispensável para alcançarmos outros horizontes no que diz respeito ao processo formativo dos afro-brasileiros, dentre outras questões que se interseccionam.

Historicamente, a luta por educação formal perpassa todo o período da construção da sociedade brasileira, entretanto, compreendendo ser a educação um recurso privilegiado para o crescimento pessoal e social, assim como para efetivar a cidadania plena, os diversos segmentos negros buscaram e buscam solucionar essa discrepante situação educacional. Sabemos que o caminho é longo, mas a revisão e o realinhamento de novas proposições – como têm sido as políticas de ações afirmativas – não são impossíveis, o que abre um aceno positivo à população afro-brasileira em descortinar possibilidades de acesso ao ensino superior, espaço em que a condição de desigualdade é gritante.

Para Gomes (2017, p. 114), nunca antes a Universidade e os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como no atual momento da luta pelas ações afirmativas. Isso equivale dizer que os negros postulam o acesso às universidades e

a partilha desses conhecimentos, haja vista que uma parcela significativa desses sujeitos epistêmicos está fora desse espaço acadêmico. Por isso, a reparação histórica é basilar para redefinir o processo socioeducacional e étnico-racial. Nunca é demais frisar que, sem esse feito, continuaremos num terreno inconcluso geopoliticamente. Ainda endosso que as políticas de sentido precisam atender a quem contribuiu e contribui massivamente para a construção deste país de dimensões continentais. Portanto, soerguer mãos colaborativamente ajudará muito no processo de costurar as epistemologias até aqui subalternizadas, mas que não se rendem, pois a resistência secular a acompanha. Visto dessa forma, a palavra geradora é “Lutar!”. E, também, resistir, pois provoca novos fluxos de devir!

Contra-pondo-se à visão reprodutivista do currículo, que está, ideologicamente, comprometido em manter o status quo da sociedade dominante, negando história, valores e culturas diferentes, nasce nesse ambiente como território de disputa outras agremiações para subverter a lógica capitalista e racista. Tomaz Tadeu da Silva (2011, p. 53) afirma que, contra a dominação rígida das estruturas econômicas e sociais sugeridas pelo núcleo “duro” das teorias críticas da reprodução, existem mediações e ações no nível da escola e do currículo que podem trabalhar contra os desígnios do poder e do controle. A vida social em geral e a pedagogia e o currículo em particular não são feitos apenas de dominação e controle. Deve haver um lugar para a oposição e a resistência, para a rebelião e a subversão.

Desse modo, em consonância ao pensamento antirracista, ao estar frente a frente com um construto colonizante, devemos planejar ações de resistência e de desconstrução, de modo a incluir outras identidades no percurso dominante. Sem dúvida, a negação sofrida pelos afrodescendentes ao longo do tempo de formação deste país condiz com os ritos revoltosos de quem não aceita enquadrar-se nesse perfil aviltante do racismo e de suas formas correlatas.

No entanto, ainda que tardiamente, o país se reconhece como racista, como ocorreu na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. Fruto das inflexões da trajetória do Movimento Negro Brasileiro, conforme pontua Nilma Lino Gomes (2017, p. 34), nos anos de 2000, momento compreendido como de confluência de várias reivindicações desse movimento social, o Estado brasileiro foi pressionado a reconhecer internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país, comprometendo-se a construir medidas para a sua superação. Dentre as quais destaco as ações afirmativas na educação e no acesso ao trabalho.

Ao pensar, ou melhor, ao problematizar o racismo que atravessa todos os períodos

de formação deste país, Silvio Almeida (2019, p. 46) concebe a noção de Racismo Estrutural, compreendendo que as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto, as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Desse modo, precisamos adotar uma perspectiva mais crítica no sentido de subverter esse pensamento, cujo amálgama ainda está incrustado na mentalidade do povo brasileiro nos desdobramentos das agências reprodutoras que secularmente se reinventam. Entretanto, ações proativas e antirracistas vêm sendo costuradas, sobretudo pelo Movimento Negro e por outros agentes culturais que se identificam com a causa, visando (des)construir tais atitudes. Nesse sentido, descolonizar o conhecimento é mais que necessário para uma possível democratização das relações étnico-raciais.

A esse respeito, Abdias do Nascimento, ao discutir sobre o Genocídio Negro (2016, p. 54), realiza a exegese do nosso processo étnico-racial, refletindo desde os primeiros tempos da vida nacional até o século XX, numa imersão sobre a "Democracia Racial". Ele assevera que, em uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver, só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-social: o branco. Ou seja, os brancos controlam os meios de disseminar as informações, de organizar o aparelho educacional, formulando os conceitos, as armas e os valores do país. Não obstante essa afirmativa discrepante dos segmentos da sociedade brasileira, onde historicamente a população afro-brasileira ainda é preterida nos diversos estratos sociais, as consequências podem ser sentidas no tempo-espço atual perpetrado pelo sistema que insiste em não proteger àqueles(as) que mais precisam para tornar este país mais equânime.

Enquanto o sistema educacional funcionar como aparelho de controle ideológico da estrutura de discriminação cultural e étnico-racial, entrincheiraremos mais e mais para derrubar as antinomias entre elite e classe popular subalternizada. O que ajuda a legitimar os discursos contra-hegemônicos que não coadunam, evidentemente, com essas marcas dolorosas que tanto feriram e ferem esse grupo social. É um passado refletindo no presente, pois ninguém há de contestar os rescaldos da escravização ainda instalados na contemporaneidade, principalmente no campo das mentalidades. Desse modo, apresentando os ambientes educativos nas suas diversas feições, urge descolonizar o agir e o pensar, e rechaçar o poder que nos oprime; criar formas de intercomunicação entre os saberes/conhecimentos, enfim, costurar reexistências, pois os sujeitos são coconstrutores do conhecimento, mas, para tanto, a abertura é imprescindível.

Portanto, só é possível avançar nesses caminhos aqui traçados quando houver uma relação pautada na intersubjetividade, compreendendo, por fim, que homens e mulheres somente se constituem mutuamente por via do diálogo. Por isso, uma vez

mais, preciso afirmar que a "ecologia dos saberes" é fundamental, posto que, num país pluriétnico, muito temos a aprender com o outro, através de suas experiências, vivências etc. Aguçar esse ideário é conceber novas possibilidades de convivialidade. Sendo assim, podemos tecer linhas simétricas no processo formativo dos afrodescendentes, pois o custo ainda é alto no setor acadêmico superior, sem perder de vista a estereotipia incrustada, também, no dia a dia de quem amanhece querendo Ser Sendo.

Nessa perspectiva, em consideração à atual condição socioeducativa da população afro-brasileira no processo formativo, contrariando a sociedade hegemônica e desafiando os cânones científicos, Guerreiro Ramos (apud COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2019, p. 250) recoloca o "problema do negro" como uma sociologia inautêntica, que transpõe literalmente conceitos e expectativas forjados da Europa e adotados acriticamente no Brasil. Em outras palavras, o "problema do negro" era produzido por uma sociedade que queria ser branca. E foi justamente essa sociologia enlatada que ajudou a "coisificar" o sujeito afro-brasileiro, destituindo-o do Ser pensante que ele é. Daí a necessidade de expurgar da sociologia, da antropologia e de outras correntes os clichês conceituais. Assim, segundo Guerreiro Ramos (1975, apud COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2019, p. 149), "o fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, como o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social."

Além disso, Ramos (apud COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2019) ainda se refere a uma sociologia consular, considerada como uma expansão cultural da Europa e dos Estados Unidos, quando a realidade brasileira era estudada e analisada por meio das categorias, dos valores e das intencionalidades forjadas naqueles países. Após passar pelo crivo da autenticidade, reelaborada em *A redução sociológica* (RAMOS, 1996 apud COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2019), essa sociologia recebeu o nome de "sociologia das mangas de camisa", isto é, uma sociologia que pensa com as mãos, em que teoria e prática não estão dissociadas. Sendo assim, a práxis é o elemento essencial, pois, ao refletir o negro como sujeito engajado politicamente, desconstrói a falácia erroneamente forjada para destituir o Ser Sendo no seu processo formativo.

(IN)CONCLUSÕES

Em palavras inconclusivas, por entender que todo e qualquer objeto em investigação estará aberto a alterações e/ou complementações, para novos estudos, por exemplo, aqui teço algumas ideias na (in)certeza de que o Ser Sendo segue na direção da reconstituição de seu processo identitário, sobretudo apostando que ninguém, a priori, está fechado num hermetismo insular tão bem forjado no pensamento elitista que

esfacela para firmar-se na dominância; aí está justamente o fosso a ser desconstruído, refeito em pilares comuns, não mais univocamente, afinal mãos tantas soergueram este país! Se as educações são substanciais para a efetiva elevação cultural e educacional, devemos, ineliminavelmente, incorporar, ou melhor, criar novos constructos dialógicos, novas arqueologias de saberes, em que o primacial é o Ser Sendo, com o outro costurando novas reexistências, ressignificando, portanto, histórias, memórias e a educação formal de pretos e pretas que, diuturnamente, sublevam suas dores, pois existe um propósito maior: Ser Sendo no processo formativo.

Assim, considerando a formação do povo brasileiro nesse cenário destoante, no que diz respeito à educação formal superior, segundo dados já apresentados neste ensaio, percebo que inconcluso continuaremos se não for equalizado o déficit educacional em médio e longo prazo. Entendo, desse modo, que as ações afirmativas têm sido basilares nessa nova feição inclusiva da população negra, apesar dos números ainda não atenderem majoritariamente ao percentual de pretos e pretas, assim como dos povos indígenas, que continuam a buscar o sol da liberdade de uma nova episteme emancipacionista.

Acredito ser urgente, portanto, reconhecer uma política epistemológica que abarque a diversidade e a pluralidade cultural e étnico-racial, como dispositivo do Ser Sendo, emancipando e colaborativamente criando novos laços exequíveis para transformar os mundos de subjetividades e estruturas tantas, muitas suscetíveis de radicalidade respeitosa. Nesse sentido, enfatizo que, conforme afirma Nilma Lino Gomes (2017), é importante compreender que as fronteiras entre os diversos movimentos sociais e ações emancipatórias não precisam ser barreiras ou zonas de conflitos, pois transitar entre os diversos movimentos sociais ajudará a construir caminhos menos tortuosos, menos xenofóbicos e racistas. Quiçá, resistir acertadamente é a (in)certeza de novos fluxos do porvir!



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- GALEFFI, D. A. **O ser-sendo filosofia: uma compreensão poemático-pedagógico para o fazer-aprender filosofia**. Salvador: EDUFBA, 2001.
- GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- JESUS, R. de C. D. P. de. **De como tornar-se o que se é: narrativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para a equidade**. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MACEDO, R. S. **Chrysallís, Currículo e Complexidade**. A Perspectiva Crítico-Multirreferencial e o Currículo Contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MENESES, U. T. B. de. A história cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- NASCIMENTO, C. O. C. do. **Currículo e Formação-Diversidade e Educação das Relações Étnico-Raciais**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do povo negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- PEREIRA, A. A. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, jul./dez. 2011. Disponível em: www.periodicos.pucminas.br. Acesso em 25 maio 2020.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 1987.
- SILVA, T. T. da. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- THOMPSON, P. R. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Título em espanhol:
**EL SER SIENDO: LA CONSTRUCCIÓN DEL PROCESO DE
CAPACITACIÓN AFROBRASILEÑA**